**GT – QUESTÃO URBANA AGRÁRIA, AMBIENTAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL**

Modalidade da apresentação: Comunicação oral

REFLEXÃO SOBRE AS TRÊS FASES DA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: das contribuições aos desafios atuais

Larisse de Oliveira Rodrigues[[1]](#footnote-1)Maria Augusta Bezerra da Rocha[[2]](#footnote-2)

Tathiane Conceição Silva de Souza[[3]](#footnote-3)

**RESUMO**

O presente trabalho se propõe a analisar as três principais perspectivas que embasaram o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e articular uma reflexão sobre o legado dessa renovação com os principais desafios que envolvem a profissão na atualidade. Assim, o trabalho realizou-se a partir de uma revisão de literatura ancorada nos principais autores referências na temática dos fundamentos históricos teórico-metodológicos do serviço social brasileiro. Observou-se que as três perspectivas foram essenciais para contribuir no processo de construção do Serviço Social crítico e compromissado com a defesa dos direitos da classe trabalhadora, sobretudo a intenção de ruptura que sob as bases das duas primeiras perspectivas encontrou solo histórico para florescer e constituir o primeiro momento de questionamento do conservadorismo que predominava na profissão. O processo de renovação, então, ancorado no amadurecimento da intenção de ruptura também contribuiu para o Serviço Social constituir um projeto profissional vinculado a um projeto societário bem como compreender seu significado histórico-social e a importância da pesquisa para desvelar a realidade em que se insere, podendo assim compreender o sentido da sua intervenção profissional. Dessa forma, pode-se concluir que embora consolidado, a partir das relevantes contribuições do processo de renovação, esse projeto profissional recebe constantes investidas do avanço do conservadorismo e das políticas neoliberais mas ao mesmo tempo o patrimônio da renovação profissional corrobora para além da manutenção da capacidade de indignação e esperança dos profissionais, pois impulsiona no campo do exercício profissional uma busca permanente de aperfeiçoamento profissional.

**Palavras-chave:** Fundamentos Históricos Teórico-Metodológico do Serviço Social. Processo de Renovação. Legado da Renovação.

# 1 INTRODUÇÃO

O domínio da autocracia burguesa no cenário brasileiro orquestrado com o golpe civil-militar de 1964 implicou mudanças no aparato estrutural e na forma de organização da sociedade rebatendo em novas demandas profissionais para o Serviço Social que teve de se repensar e passar por um processo de mudanças substanciais na profissão. Essas mudanças na realidade afetam também o aparato estatal que passa por transformações cruciais - herdadas como legado da ditadura até hoje – devido o aprofundamento do capital monopolista no país a partir do modelo de desenvolvimento autocrático burguês com base na integração associada e dependente ao imperialismo. Assim, o Estado brasileiro realiza um conjunto de medidas na infraestrutura nacional necessárias para atender a entrada no país das grandes corporações multinacionais de monopólios, as quais são expressões do capitalismo em seu estágio mais avançado.

Nesse contexto, o Serviço Social se insere em um Estado que tinha a demanda de promover as condições de desenvolvimento a partir das demandas impostas pelo capitalismo monopolista que aprofundou essas requisições para os profissionais do Serviço Social. Este, por sua vez, dispunha de técnicas de trabalho ainda insatisfatórias com forte influência do Serviço Social tradicional embora agora estivesse adentrando num processo de laicização devido às exigências do processo de modernização que requerem um profissional com outro nível de qualificação advindo do ambiente acadêmico.

Além disso, era pulsante a falta de teorização própria da profissão e práticas que não estavam em um nível que atenderia as demandas que vinham sendo postas pela nova realidade brasileira submersa no contexto do capital monopolista. Diante disso, surge a necessidade do Serviço Social brasileiro buscar uma renovação teórico-metodológica a fim de atender às novas reivindicações que a realidade brasileira vinha lhe impondo, exigindo assim um Assistente Social com qualificação diferenciada da que o perfil profissional que se dispunha no momento.

Assim, ocorreram seminários (Araxá-1967, Teresópolis-1970, Sumaré-1978 e Alto de Boa vista-1984) organizados pela categoria buscando refletir sobre a teorização da profissão, o seu objetivo de atuação e sua prática profissional. Nesse momento, há uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas em disputa constante, no entanto, embora elas coexistam, encontram espaço para se desenvolver de modo mais prevalente de acordo com cada fase da ditadura brasileira.

Com base no processo de renovação do Serviço Social será apresentado nesse artigo, a partir de uma revisão bibliográfica lastreada em autores que são referências na temática as três perspectivas principais - modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura - que embasam esse processo de renovação profissional exigido no período supracitado. A partir da contribuição dessas três perspectivas para o desenvolvimento da renovação será apresentado, por conseguinte, um breve balanço sobre o legado desse processo para a constituição do projeto profissional hegemônico na atualidade, bem como possíveis desafios atuais que ele encontra desde a década de 1990 para sua materialização.

# 2 DESENVOLVIMENTO

## 2.1 Perspectiva modernizadora: O velho se (re)veste com novas roupas

No primeiro momento do processo de renovação dessa profissão, havia um desejo de construir uma base teórica para ela que pudesse legitimar também suas práticas. Nesse sentido, essa perspectiva efetivou a tão almejada teorização do Serviço Social e sua plena adequação a autocracia burguesa na medida em que proporcionou desenvolver técnicas operativas que respondiam as demandas impostas ao Serviço Social – em um Estado burocratizado.

Para desenvolver essas técnicas, o Serviço Social antes teria de fazer um diagnóstico da realidade brasileira. Neste, feito de forma acrítica, via seus clientes como fruto de “desajustamentos familiares e sociais” (NETTO, 2015, p.217 apud CBCISS, 1986, p.24) – traço herdado do próprio Serviço Social Tradicional. Diante dessa realidade, o que se via construindo na profissão era uma constante tensão entre a ação tradicional e moderna, na qual a primeira se submete a segunda – mas não desaparecendo totalmente – diante do âmbito que agora atua a profissão e o nível de demanda que chega até ela. Nesse sentido, “[...] não há o rompimento: há a captura do “tradicional” sobre novas bases.” (NETTO, 2015, p.218).

Agora, o Serviço Social atua de forma a promover a integração das camadas populares disfuncionais ao desenvolvimento nacional/global que era pregado no momento histórico como solução para superar o subdesenvolvimento brasileiro. Para isso, atua combinando medidas corretivas, preventivas e promocionais ao planejamento e execução de Políticas Sociais (NETTO, 2015). Acresce-se a isso o velho Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de comunidade com novos elementos embasados a partir das Ciências Sociais na medida em que, segundo Netto (2015) eram funcionais à mudança e ao desenvolvimento.

Nesse sentido, observa-se que os princípios para atuação incorporam, portanto, um caráter operacional que nortearam as ações dos profissionais com uma abrangência universal em todos os processos da profissão, demarcando assim ecletismo teórico na medida em que se utilizam de autores de diversas perspectivas na busca de uma teoria que justifique suas ações profissionais. Para isso, bebe tanto na perspectiva estrutural-funcionalista quanto nos métodos do Serviço Social Tradicional.

Dessa forma, é notório seu perfil ideopolítico de manutenção da ordem burguesa vigente e contribuição para que ela se reproduza, pois nesse momento o que estava em debate na profissão era como atender as demandas que a realidade lhe exigia. Para esse fim, o profissional olhava para a sociedade de forma asséptica com o objetivo de ser funcional a ordem com um perfil técnico e racional que adequasse a profissão àquele contexto através de um reformismo conservador do que já se vinha fazendo sem indagar a ordem nem sua relação com as mazelas que a nação vinha apresentando. Aqui, tudo era tratado como se fossem perturbações pessoais dos indivíduos ou instituições, cabendo ao Assistente Social, através de sua intervenção, promover o desenvolvimento de seu cliente atrelado ao nacional.

Nesse cenário, dispondo de técnicas para sua atuação a partir da realidade ditatorial brasileira, o Assistente Social da época via esses indivíduos, grupos ou instituições que resistiam a participação da ordem de desenvolvimento como público de sua intervenção. Para promover o desenvolvimento deles através da conscientização do seu papel para o desenvolvimento nacional (CBCISS, 1986) e da adequação/transformação desses indivíduos/instituições no âmbito econômico e cultural para fomentar a integração nacional, pois as disfunções dos sujeitos poderiam ser sanadas mediante a incorporação deles ao equilíbrio do qual a nação desfrutava – deixando evidente novamente a tendência neopositivista (NETTO, 2015).

Com o Seminário de Teresópolis (1970), a perspectiva modernizadora “[...] se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas, sobretudo como pauta interventiva.” (NETTO, 2015, p.230) da profissão no cenário brasileiro. Nesse sentido, há uma maior cientificidade do método profissional do Serviço Social na realidade que se materializa em duas etapas: diagnóstico e intervenção planejada (DANTAS; 1978 apud NETTO, 2015). Este permite que a profissão analise cada realidade para intervir de acordo com ela, promovendo uma maior efetividade na intervenção.

Embora tenha se percebido um esforço para sofisticar a perspectiva modernizadora nesse segundo seminário, o que de fato ocorreu foi a continuidade da redução da teoria como uma sistematização da prática, com criação de quadros de procedimentos fixos (NETTO, 2015). Houve uma solidificação da perspectiva aqui em questão devido ter-se aprofundado tecnicamente as intervenções do Serviço Social da época – com influências do tradicional – a partir, também, da influência das ciências sociais.

## 2.2 “Este gasto de tanto chumbo para caça tão magra”[[4]](#footnote-4): a Reatualização do Conservadorismo

Lançando ao assistente social um caráter mais técnico e na tentativa de um aprofundamento teórico mais consistente devido às exigências postas pelo capitalismo monopolista no contexto ditatorial, a perspectiva modernizadora não erradicou o lastro conservador que sustentava a profissão. Operou-se, segundo as reflexões de Netto (2015), uma modernização conservadora em que, mantendo as bases conservantes que desde a origem sustentam a profissão, exploraram o seu vetor reformista e subordinaram as expressões desse conservadorismo às condições das exigências postas pelo momento histórico. Nesse sentido, no final da década de 1970, os acontecimentos históricos confluem para que a perspectiva de renovação do conservadorismo se sobressaia.

Isto se explica pelo fato de nos anos 1970 existirem duas variáveis que dificultaram a ascensão de posturas francamente conservadoras: de um lado a laicização profissional que se opunha ao retorno do velho confessionalismo paroquiano e do outro uma crescente aproximação de setores católicos progressistas com uma “posição receptiva em face de projetos societários anticapitalistas e de parâmetros analíticos extraídos da tradição marxista.” (NETTO, 2015 p.259-260). Assim, a empresa restauradora possível deveria travar um duplo embate visando concomitantemente deter a erosão do ethos profissional tradicional e configurar-se como uma alternativa que neutralize as influências provindas dos quadros de inspiração marxista. Mas para tal empreitada dever-se-ia inovar na própria restauração numa dinâmica de reatualizar o conservadorismo apresentando-se como uma proposta nova, aberta e em construção.

Nesse contexto, a reatualização do conservadorismo, além do duplo embate, deveria responder ao processo de mudança da sociedade sem, contudo romper com as bases estruturantes da sociedade, isto porque, mesmo se expressando de diversas formas, o conservadorismo enquanto uma tradição possui como unidade na diversidade a manutenção da ordem social burguesa. E a perspectiva teórica apropriada para um cariz de avanço técnico que forneça aos profissionais um aparato teórico-metodológico para as novas modalidades de intervenção postas e que ao mesmo tempo mantém as bases da estrutura da sociedade burguesa é a fenomenologia.

Buscam, assim, a vertente fenomenológica questionando os componentes nucleares dos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista incorporados no Serviço Social tradicional: a interpretação causalista da socialidade[[5]](#footnote-5) e a assepsia ideológica do conhecimento – afirmando nitidamente os seus valores profissionais cristãos e os objetivos de busca de uma transformação do sujeito repudiando práticas ajustadoras. Assim, a concepção de profissão centrava-se numa intervenção que “[...] se inscreve rigorosamente nas fronteiras da ajuda psicossocial.” (NETTO, 2015, p.265) conforme apontado no Seminário de Sumaré em que a profissão buscando compreender a realidade social e o sujeito visava a um conhecimento e a um processo de transformação do indivíduo, com centralidade no sujeito.

A partir da concepção de profissão pode-se também compreender o olhar sob o “cliente”, pois enquanto uma profissão pautada no processo de transformação individual:

[...] se propõe a um desenvolvimento da consciência reflexiva de pessoas a partir do movimento dialético entre o conhecimento do sujeito como “ser no mundo’ e o conhecimento do sujeito como ‘ser sobre o mundo”. (CBCISS, 1986, p 185-186 apud Netto, 2015).

Assim, o “cliente” é visto como um sujeito repleto de potencialidades que enquanto partícipe do processo de desenvolvimento deve ser posto a uma análise reflexiva sobre sua realidade e que independente das condições materiais/objetivas está propenso a se desenvolver e transformar sua vida. Esse processo de ajuda psicossocial é realizado a partir da instrumentalidade de recursos tipicamente fenomenológicos que buscam o universo da compreensão, dinamizada através do diálogo, da entrevista e da relação não mais dicotomizada entre profissional e cliente para promover a transformação deste.

Esse panorama de práticas profissionais pautadas na ajuda psicossocial através da compreensão fenomenológica também possui elementos interligados com uma tara histórica profissional do Serviço Social (Netto, 2015). Pois ocorre a apropriação da fenomenologia por fontes secundárias ou de comentaristas, sem problematização ou críticas as categorias utilizadas contribuindo para um “empobrecimento teórico e crítico de categorias engendradas [...] – trata-se, efetivamente, de um processo de simplificação que não pode passar inadvertido.” (NETTO, 2015, 274).

## 2.3 Entre a renovação e o conservadorismo: a ascensão da intenção de ruptura

Embora a ditadura civil-militar se estenda até o ano de 1985, Netto (2015) afirma que a autocracia burguesa persiste até 1979. Neste ano, o que se visualiza no Brasil são os sintomas de uma crise econômica que se expressa em uma crise social e política da ditadura na medida em que os índices de pobreza, desigualdade social e do déficit público se aprofundam apresentando patamares inéditos. Diante disso, o campo da organização popular, que sempre resistiu ao regime, ganha mais força e se aproxima dos demais segmentos anti-ditatorial para questioná-lo e tencionar suas contradições. Há, nesse contexto, uma mudança na correlação de forças e as organizações democráticas dispostas a derrubar a ditadura ganham a cena.

Concomitante a isso, vem à tona, novamente, a perspectiva crítica do Serviço Social – silenciada desde o golpe em 1964 – que se organiza com as massas operárias e resiste. Agora, com uma conjuntura começando a ficar favorável – pois sem uma realidade minimamente democrática e uma profissão laica, essa perspectiva não é capaz de desenvolver-se –, ela retoma sua voz para sociedade, depois de ter sido fomentado no ambiente universitário tanto na graduação quanto na pós-graduação, e começa a questionar, pela primeira vez, a autocracia burguesa e o conservadorismo presente no Serviço Social.

Essa perspectiva traz consigo compromissos cívicos-políticos com a democracia e com a classe operária, da qual ela é aliada no campo político. Para realizar tal objetivo, o ambiente universitário foi fulcral na medida em que produzia o conhecimento teórico-metodológico – em conjunto com os estágios, pesquisa, extensão e aproximação com teorias sociais críticas – para o Serviço Social alcançar esse inédito objetivo, pois nesse ambiente os Assistentes Sociais podiam se dedicar, mais que nos demais espaços a pesquisas que não estavam submetidas ao imediatismo pragmático que lhe impunha a realidade da autocracia burguesa (NETTO, 2015).

Foi a partir dessa vivência na dinâmica com a classe trabalhadora, sem as imposições do regime autocrático, que foi possível começar a construir uma teorização do Serviço Social de forma crítica-analítica a respeito dessas camadas sociais, o que fez com que a prática dessa profissão fosse fortemente revolucionada: a que questiona e se propõe a enfrentar essa realidade que vive as classes exploradas e subalternas. Agora, a profissão do Serviço Social começava a ter um lado bem demarcado e não travestido de neutralidade, e seu perfil ídeopolítico não estava mais relacionado com a reprodução da ordem burguesa; começava-se a questioná-la assim como o fazia com os profissionais que ainda insistiam em continuar com essa concepção de profissão conservadora.

Entretanto, consciência política não é o mesmo que compreensão teórica (NETTO, 2001) posto que apesar da aproximação com as alas populares, a intenção de ruptura, diferentemente das outras duas vertentes, teria de se construir sobre bases inteiramente novas dado o seu caráter de crítica ao tradicionalismo da profissão e das ideias dominantes da sociedade brasileira.

Assim, o projeto de ruptura possuía desafios de apropriar-se de uma base teórico–metodológico inovadora e elaborar formas e modos de experimentação consistentes para substanciar as propostas interventivas profissionais do novo embasamento e isso se desenvolveu em três momentos constitutivos: a emersão, a consolidação acadêmica e o espraiamento pela categoria.

O primeiro momento caracteriza-se por aproximação do Marxismo pela militância político-partidário que gerou vícios e equívocos na instrumentalização. Mesmo com os vícios contribuiu para o segundo patamar, o Marxismo acadêmico, no qual a partir de “marxismo com Marx” foi feita uma análise da trajetória da profissão e possui como marco da maioridade intelectual da intenção de ruptura a obra de Iamamoto (1982) “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”. Já o terceiro momento desdobra-se a partir tanto do acúmulo dos momentos anteriores quanto das tendências democráticas que foi seu pano de fundo para aprofundar o contato com a teoria marxista transpondo os muros da universidade e espraiando-se pela categoria profissional, algo que ocorre até o presente.

Como é possível observar, a perspectiva teórica que singulariza esta concepção no campo da renovação e que acompanha todo o seu desenvolvimento de modo diverso ao longo do seu processo é o marxismo, mesmo que de forma enviesada como se mostrou no Método de Belo Horizonte (Método de BH). Embora tenha ocorrido equívocos, foi um marco de grandiosidade ímpar por se tratar do primeiro momento de ruptura no campo teórico-metodológico e na formação profissional com todo o Serviço Social Tradicional de caráter conservador.

Tal incorporação remete a uma das dificuldades que permeiam essa vanguarda referente à pobreza dos indicativos prático-profissionais de operacionalização e à inadequação entre esses indicadores e as condições objetivas do exercício profissional da massa da categoria. Esta perspectiva ao passo que aprofunda seus traços opositivos ao tradicionalismo não consegue, em seu primeiro momento, avançar com esse rompimento no terreno da prática profissional de onde advém a sugestão da nomenclatura de que a ruptura ainda permanece como intenção (NETTO, 2015).

Nesse sentido, pode-se compreender esse momento da renovação profissional como um movimento contínuo onde

[...] nela se põem e se repõem eixos teórico-metodológicos, núcleos temáticos e indicativos profissionais, este acúmulo de opera por incorporações que introduzem inflexões que, ao enriquecer, matizar e diferenciar a perspectiva em tela, desenham visíveis mudanças no seu processo. (NETTO, 2015, p.340)

Sendo assim, desde os primeiros momentos, mesmo com equívocos, todo acúmulo teórico da intenção de ruptura foi necessário para espraiar pela categoria profissional a perspectiva crítica que contribuiu para constituição de um projeto profissional mais avançado e crítico.

## 2.4 Um balanço do legado da Renovação: contribuições, avanços e desafios atuais

A consolidação da ruptura com o Serviço Social de caráter conservador, bem como com um Marxismo vulgar, se efetiva a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979. Segundo Abramides (2016, p.465), O III CBAS, “[...] se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo”, sendo palco da formulação das principais diretrizes de mudança da profissão, as quais vinham a ser amadurecidas no desenvolver das décadas seguintes tendo em vista que o processo de ruptura como um todo é permeado por inflexões e avanços.

Dentre as contribuições, foi substancial a impressão de uma direção social do fazer profissional definidamente com a classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2012) o qual incide na prática profissional dessa profissão até os dias de hoje. Esse direcionamento foi expresso no Projeto Ético Político (na década de 1990) através da defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia, sendo possível apenas a partir de uma análise crítica da realidade proporcionada por categorias analíticas marxianas.

Assim, nas quatro décadas que se seguiram após essas articulações pioneiras do Serviço Social na ruptura com o conservadorismo, a profissão “[...] construiu um projeto profissional expresso na regulamentação profissional - Código de ética, Lei de Regulamentação da Profissão e nas diretrizes curriculares.” (IAMAMOTO, 2012, p.128).

Esse projeto profissional, atrelado com a maioridade intelectual que o Serviço Social vai galgando no encontro com os escritos originais de Marx, contribui tanto para a profissão apreender o seu significado histórico-social, quanto a importância da pesquisa para desvelar a realidade em que se insere, podendo assim compreender o sentido da sua intervenção profissional. Ou seja, “A profissão é compreendida como um produto histórico, e como tal, adquire sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão” (IAMAMOTO, 1998, p.203), por isso, seu fazer profissional envolve a investigação para “[...] estabelecer uma análise permanente da realidade que se constitui no solo histórico da formação e do exercício profissional.” (ABRAMIDES, 2016, p.471).

Esse legado do processo de renovação contribui, portanto, para legitimar a pesquisa na área do Serviço Social enquanto um campo do conhecimento que busca “[...] elaborar e propor respostas críticas à “questão social”, à formulação de políticas públicas e à formulação de orientações profissionais que fortaleçam a ruptura com conservadorismo no cotidiano profissional.” (IAMAMOTO, 2012, p.131). Assim, o Assistente Social não mais se caracterizava por ser um mero executor de Políticas Sociais - como a autocracia burguesa demandava - pois, ao longo da redemocratização brasileira, pôde aprimorar a tendência de ruptura com o Serviço Social Tradicional configurando-a em um projeto profissional vinculado, explicitamente, a um determinado projeto societário, contrário a exploração e discriminação de qualquer natureza (ORTIZ, 2010).

Embora tenha acontecido esses avanços substanciais para a profissão, o projeto profissional do Serviço Social constituído pela ruptura está em oposição com o projeto societário em vigência, o capitalista, fator este que favorece o desdobramento de tantos outros projetos. Nesse sentido, assim como ocorreu durante todo o processo de renovação, desde a década de 1960, embora haja um projeto hegemônico, há de se reconhecer que ele não é o único e que este juntamente com outros projetos profissionais coexiste e está em disputa.

Em virtude de tais disputas, essa concepção profissional sofre investidas de um contexto de avanço da lógica neoliberal enquanto expressão da crise estrutural do capital que, além de acirrar as expressões da “questão social”, proporciona o solo histórico para o desenvolvimento de vertentes que disputam a hegemonia profissional. Conforme aponta Iamamoto (2012),

Em tempos de radicalização neoliberal, esse legado vem contraditoriamente permitindo a legitimação pública e acadêmica do Serviço Social, mas, ao mesmo tempo, crescem as investidas contra ele, no compasso da reação conservadora da sociedade. (p.117)

Nesse contexto de avanço neoliberal, o mercado se apropria do setor de serviços, dentre eles o ensino superior, o que pode gerar uma formação bancária (Paulo Freire, 1968, apud Frigotto, 2017) do profissional do Serviço Social. Como evidenciado, segundo os dados do Ministério da Educação (MEC), no impulsionamento a mercantilização do ensino superior: dos 334 cursos existentes no ano de 2009, 91% são de natureza privada e apenas 9% são públicos (IAMAMOTO, 2012). Esse processo reverbera na perda de qualidade da formação profissional crítica, pois pautada em uma lógica de mercado, facilita a submissão dos profissionais que desemboca em uma despolitização dos futuros profissionais ainda no processo formativo (idem, 2012).

# 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a reconceituação do Serviço Social à luz das três perspectivas aqui abordadas fornece a compreensão necessária de que a constituição da profissão é um processo, no qual os elementos que ela incorpora são respostas às demandas da realidade de acordo com cada conjuntura e o arsenal teórico-metodológico que fundamenta a profissão. Ademais, embora haja transgressões ao hegemônico, tais ideias só se desenvolvem tanto quanto a realidade lhe permite. Além disso, até 1979, podia-se perceber que mesmo havendo conflitos teórico-metodológicos, o que a profissão tinha como hegemônica era uma perspectiva acrítica da realidade e de reprodução da ordem social burguesa.

Porém, a profissão inserida no contexto ditatorial que apesar de reforçar o seu cariz conservador gesta dentro das suas próprias entranhas, mediante a crise da ditadura, as possibilidades concretas para que a categoria se aproprie de teorias críticas e atue na perspectiva de romper com o conservadorismo. Dessa forma, gesta-se a possibilidade de florescer na categoria profissional as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social reverberando no III CBAS.

Tal como ocorrera no período autocrático burguês, a categoria continua permeada por disputas de perspectivas teóricas que se articulam com o que ocorre na vida social concreta, e também possuem lastro no período em que a profissão se repensou enquanto categoria. No bojo das disputas do Serviço Social que ocorreram ao largo da América Latina, o Brasil foi exemplo único de predominância da perspectiva crítica em decorrência da luta pela hegemonia travada pela ascensão da intenção de ruptura que rebateu de modo incisivo na profissão.

Portanto, pode-se observar a partir da reflexão acerca das três perspectivas aqui apresentadas os rebatimentos na profissão atualmente, pois foram essenciais no processo de construção do Serviço Social crítico e compromissado com a defesa dos direitos da classe trabalhadora. A partir das contribuições das duas primeiras perspectivas, a intenção de ruptura encontrou possibilidades de se desenvolver como o primeiro momento em que o Serviço Social enquanto categoria engajava-se num processo de rompimento com o conservadorismo hegemônico na profissão.

Essa perspectiva crítica da profissão não seria possível sem seu contato com o marxismo a partir das obras originais marxianas que lhe proporcionaram um arcabouço teórico para uma análise consistente que desvele a realidade social e que visualizem as contradições que são geradas pela lógica do sistema capitalista – bem como as contradições de seu fazer profissional – para que possa de fato direcionar sua prática social conforme os interesses da classe trabalhadora.

Embora consolidado, esse projeto recebe constantes investidas do avanço do conservadorismo e das políticas neoliberais que incidem na profissão desde o processo formativo dos profissionais, pois como afirma Yazbek (2009) “a profissão e o conhecimento que a ilumina, se explicam no movimento histórico da sociedade.”.

Assim, apesar da profissão consolidar nos anos 1990 um projeto profissional com direção social e política na defesa dos valores emancipatórios e universais, o projeto hegemônico do capital lhe impõe entraves, sobretudo com as expressões da sua crise estrutural que contribuem para acirrar as expressões da “questão social” impondo demandas cada vez mais complexas e exigindo respostas da profissão.

Contudo, apesar da processualidade destrutiva do capital e do avanço do mar do individualismo e do irracionalismo típico da ascensão político-ideológica de posturas conservadoras, Iamamoto (2012, p.130) aponta que os Assistentes Sociais diante dos 40 anos do processo de ruptura:

[...] preservaram a sua capacidade de indignação ante as desigualdades e injustiças sociais, mantendo viva a esperança em tempos mais humanos. Estão cientes de que a construção do projeto societário a que se vincula a projeção profissional depende de todos/as aqueles/as que vivem os dilemas da exploração do trabalho e da falta deste, como o avesso da riqueza e da opulência do consumo mercantil.

O patrimônio da renovação profissional corrobora para além da manutenção dessa capacidade de indignação e esperança dos profissionais, pois impulsiona no campo do exercício profissional uma busca permanente de aperfeiçoamento profissional. Isto é, um fazer profissional responsável com a qualidade dos serviços prestados que só é possível por intermédio de um comprometimentocom a classe trabalhadora desde o processo formativo do profissional mediante a afirmação da categoria que defende e luta pela garantia de direitos.

Diante dessas abordagens, observa-se que o Serviço Social é uma profissão que se insere e desenvolve-se a partir das relações sociais de um determinado momento histórico, o qual cria possibilidades e limites que incidem sobre a produção do conhecimento e seu fazer profissional. Assim, seu caráter histórico possibilitou seu avanço em um processo de renovação e consolidação de um projeto profissional compromissado com os direitos humanos que enfrenta barreiras para sua materialização frente um contexto de crise e reorganização capitalista. Porém, embora os tempos que se visualizam no horizonte não seja o pano de fundo ideal para um projeto de profissão com esse viés,

A história [...] é um processo aberto, e o tempo presente tem sinalizado ventos de mudança. Que eles sejam capazes de varrer a hegemonia neoliberal e soprem na direção do fortalecimento dos processos e movimentos de resistência e emancipação. (BOSCHETTI, 2012, p.799).

# REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, n. 127, p.456-475, set./dez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p.754-803, out./dez. 2012. (p.754-803).

Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **Teorização do Serviço Social.** – 2 ed. – Rio de Janeiro: Agir, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido:** esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LLP, 2017.

IAMAMOTO, Marilda V. A fé no que virá e a alegria de olhar para trás: 30 anos do projeto ético-político profissional. In: **Seminário nacional**: 30 anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social. – Brasília : CFESS, 2012. p.115-135.

NETTO, J. P. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. Revista Temporalis, n. 3, ano 2 (Jan/Jun 2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001 (p.41-49).

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. – 17 ed – São Paulo: Cortez, 2015.

ORTIZ, Fátima Grave. Uma Imagem Profissional em Construção: avanços e continuidades. In: **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. E-papers, 2010. p.177-214.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

1. Orientadora deste trabalho: responsável pela disciplina “Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II” durante o Semestre 2018.2 do Curso de Graduação em Serviço Social na UFRN, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social vinculada ao DESSO/UFRN. [↑](#footnote-ref-1)
2. Graduanda em Serviço social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social vinculada ao DESSO/UFRN. [↑](#footnote-ref-2)
3. Graduanda em Serviço social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Urbana Agrária, Ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social vinculada ao DESSO/UFRN. [↑](#footnote-ref-3)
4. (NETTO, 2015, p.235) [↑](#footnote-ref-4)
5. Pois buscam deslocar-se do campo da explicação causalista para um quadro de pensamento cuja referência é a compreensão transcendendo o dualismo do sujeito e do objeto. [↑](#footnote-ref-5)